

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP N°4/2025****UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS****Número do Processo: 937/2025****Órgão Requisitante: Departamento de Cultura****Responsável pela Elaboração: Gilvana Fátima Schmoeller****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Melhorias nos Mobiliários para a Biblioteca Pública Municipal, devido a parcela pertinente ao objeto da Política Nacional Aldir Blanc de Apoio a Cultura (PNAB) para reformas e modernização dos espaços públicos culturais.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Biblioteca Pública Municipal encontra-se atualmente em situação estrutural inadequada, especialmente no que se refere ao mobiliário disponível, que já não atende às demandas contemporâneas de organização, conservação do acervo e acolhimento ao público. Esse cenário compromete diretamente a eficiência dos serviços oferecidos, a atratividade do espaço e a função social da biblioteca como polo de cultura, educação e convivência comunitária.

Um dos principais problemas identificados é a falta de mobiliário adequado para o acervo, que hoje se encontra parcialmente disposto em estantes antigas, de dimensões e materiais inadequados, muitas vezes não padronizadas, o que dificulta a categorização e o acesso facilitado aos títulos. Há ainda insuficiência de estantes para atender à constante ampliação do acervo, o que tem forçado a guarda de livros em locais improvisados, inadequados para a sua conservação, com risco de deterioração por umidade, poeira ou manipulação indevida.

Além disso, o mobiliário existente encontra-se, em grande parte, deteriorado pelo tempo e pelo uso contínuo, apresentando estruturas comprometidas, acabamentos danificados e falta de ergonomia. Isso inclui mesas com superfícies irregulares, cadeiras desconfortáveis ou instáveis, e mobiliário infantil desatualizado ou ausente, o que impede o uso pleno dos ambientes por diferentes faixas etárias. O problema também atinge os espaços administrativos da biblioteca, que não contam com mobiliário funcional suficiente para a execução eficiente das atividades técnicas (como catalogação e restauração de obras).

O ambiente como um todo se mostra pouco acolhedor, o que desestimula a permanência do público e limita o potencial da biblioteca como espaço de leitura, estudo e realização de atividades culturais e educativas. Ressalte-se ainda que a falta de móveis apropriados compromete a acessibilidade e inclusão,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

especialmente para pessoas com deficiência, idosos e crianças, contrariando os princípios de universalização do acesso à informação e à cultura.

A ausência de investimento em mobiliário adequado tem causado, nos últimos anos, queda na frequência de usuários, dificuldade na promoção de atividades educativas e eventos, além de prejuízos na gestão e preservação do acervo. A biblioteca, que deveria funcionar como um espaço democrático de incentivo à leitura, inclusão digital e desenvolvimento sociocultural, tem operado aquém de seu potencial.

Anexos:



2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não se encontra em alinhamento com PCA 2025, pois se trata de recurso proveniente da PNAB.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido ao objeto deste Estudo não resultar em obrigações futuras nem assistência técnica, por ser bens duráveis e comum e por ter risco de inadimplemento baixo.



4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de aquisições e contratações por parte da Secretaria de Educação e Cultura, para mobiliários e do espaço físico da Biblioteca Pública Municipal.

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

A adequação do Espaço da Biblioteca pública municipal, pode ser realizada pelos seguintes meios:

Reparo e reaproveitamento do mobiliário existente uma alternativa seria realizar a manutenção e reforma dos móveis já disponíveis, como estantes, cadeiras e mesas. Essa opção pode parecer economicamente vantajosa em um primeiro momento; no entanto, esbarra em limitações técnicas, pois muitos itens apresentam desgaste estrutural irreversível, materiais ultrapassados e não seguem padrões ergonômicos ou de acessibilidade. Além disso, o custo-benefício de reformas pode ser inferior ao de adquirir móveis novos, especialmente considerando a durabilidade e funcionalidade exigidas para o uso contínuo e público.

Aquisição gradativa de novos móveis com recursos próprios do município essa alternativa consistiria na substituição progressiva do mobiliário, em etapas, conforme disponibilidade orçamentária local. Embora viável, essa opção pode gerar **despadronização do mobiliário**, comprometer a estética e funcionalidade do espaço e prolongar os impactos negativos já identificados, como a inadequação para o acervo, desconforto dos usuários e limitação de atividades culturais e educativas. Também há o risco de descontinuidade em função de alterações orçamentárias futuras.

Parcerias com instituições privadas ou doações outra possibilidade seria buscar apoio de empresas locais ou instituições que pudessem doar móveis ou recursos para a biblioteca. No entanto, essa opção apresenta diversos entraves: a incerteza quanto à qualidade, à padronização e à adequação do mobiliário às necessidades da biblioteca, além da limitação quanto à quantidade e tipo de móveis. A dependência de doações pode atrasar ainda mais a solução do problema.

Aquisição de novos móveis com recursos da PNAB – Política Nacional de Bibliotecas Públicas A alternativa mais adequada é a utilização de recurso específico oriundo da **PNAB**, que prevê investimentos voltados à modernização, ampliação e requalificação de bibliotecas públicas municipais. Essa linha de financiamento contempla a aquisição de mobiliário padronizado, adequado às normas técnicas de acessibilidade, ergonomia e conservação do acervo, promovendo a reestruturação completa e funcional do espaço. Trata-se de um recurso carimbado, já disponível e destinado justamente à resolução de problemas como o identificado nesta biblioteca.



Diante da análise das alternativas, **a utilização dos recursos da PNAB para aquisição de novo mobiliário se apresenta como a solução mais eficaz, segura e economicamente viável.** Essa medida garante a padronização e a modernização do espaço, possibilitando a reestruturação completa da biblioteca em tempo adequado, com mobiliário funcional, durável, seguro e adaptado às necessidades dos usuários. Além disso, essa escolha respeita a finalidade do recurso vinculado, otimizando sua aplicação e assegurando a melhoria concreta no atendimento à população, na valorização do acervo e na promoção da leitura, da cultura e do conhecimento no município.

A atividade deste estudo está entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES conforme lei Complementar 123/2006.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

a quantidade estimada para aquisição do mobiliário da biblioteca, é de R\$ 72.512,50 (setenta e dois mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Diante do cenário atual de deterioração do mobiliário da Biblioteca Pública Municipal, que compromete não apenas a conservação adequada do acervo, mas também a segurança, o conforto e a experiência dos usuários, a solução mais viável e eficaz consiste na substituição integral do mobiliário antigo por novos móveis padronizados, resistentes, funcionais e adequados às normas de acessibilidade, ergonomia e conservação técnica.

A reestruturação completa da biblioteca, por meio da aquisição de novos móveis, permitirá a criação de um ambiente mais acolhedor, organizado e adaptado às diferentes faixas etárias e perfis de usuários, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Móveis novos e apropriados possibilitarão a adequada exposição e guarda do acervo bibliográfico, a ampliação dos espaços de leitura individual e coletiva, bem como a realização de atividades culturais, oficinas educativas e eventos literários. Além disso, permitirá requalificar os espaços administrativos e técnicos da biblioteca, oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores e otimizando a gestão dos serviços.

Para viabilizar essa modernização, será utilizado recurso financeiro proveniente da Política Nacional de Bibliotecas Públicas (PNAB), que prevê justamente o investimento em reestruturação física e modernização do mobiliário das bibliotecas públicas municipais. Trata-se de um recurso específico, já assegurado para este fim, o que garante viabilidade orçamentária imediata, sem comprometer outras áreas do orçamento municipal. A utilização desse recurso permite à Administração promover a transformação efetiva da biblioteca, com investimentos que atenderão às demandas atuais da comunidade e contribuirão



significativamente para a valorização do espaço público, o incentivo à leitura e o fortalecimento das políticas culturais do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

O Acórdão 877/2016 do Tribunal Pleno do Estado do Paraná estabelece diretrizes para a aplicação de cotas reservadas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) em licitações, conforme a Lei Complementar nº 123/2006. As principais disposições são as seguintes: se há a existência de no mínimo 3 empresas enquadradas como ME e EPP em âmbito local e regional para valores até R\$ 80.000,00 será exclusivo para microempresas e pequenas empresas e para valores acima de R\$ 80.000,00, pode haver cota reservada.

No caso de a cotação de preços ultrapassar o valor estabelecido será adotada a parcela de 25% para ME/EPP.

Contando que a mesma não ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 Neste caso o item não terá seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

A adoção do parcelamento em itens na presente licitação justifica-se pela natureza diversificada do mobiliário a ser adquirido para a Biblioteca Pública Municipal. Trata-se de bens distintos entre si — como estantes, mesas, cadeiras, mobiliário infantil, entre outros —, cada qual com finalidades específicas, características técnicas próprias e diferentes fornecedores potenciais no mercado.

Ao permitir que os licitantes participem apenas dos itens para os quais possuem especialização ou estrutura comercial, o parcelamento amplia a concorrência, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas e possibilita a participação de microempresas e empresas de pequeno porte que, de outro modo, poderiam ser excluídas de uma contratação unificada por não conseguirem atender a totalidade do objeto.

Essa divisão evita a concentração contratual e proporciona maior eficiência na seleção dos fornecedores, permitindo que a Administração contrate os melhores fornecedores para cada tipo específico de mobiliário. Além disso, contribui para reduzir riscos de inadimplemento, garantir maior qualidade na entrega dos produtos e assegurar a compatibilidade dos móveis com as necessidades do espaço bibliotecário.

Importa destacar que o parcelamento foi planejado de forma a não comprometer a padronização, a estética e a funcionalidade dos ambientes da biblioteca, uma vez que todos os itens serão adquiridos conforme especificações técnicas detalhadas que asseguram coerência visual e estrutural entre os móveis.

Dessa forma, o parcelamento representa uma solução técnica e economicamente mais eficiente, alinhada aos princípios da gestão racional de recursos públicos e à valorização de fornecedores locais e regionais.



9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a aquisição de novos móveis para a Biblioteca Pública Municipal, espera-se alcançar uma série de resultados concretos que visam resolver os problemas atualmente enfrentados pela unidade e promover melhorias significativas no atendimento à população. A substituição do mobiliário antigo e inadequado por peças novas, seguras e padronizadas proporcionará a reestruturação completa dos espaços da biblioteca, resultando em maior funcionalidade, conforto e acessibilidade.

Entre os resultados pretendidos, destaca-se a **melhoria na conservação e organização do acervo**, por meio da instalação de estantes apropriadas e compatíveis com os critérios técnicos de biblioteconomia. Espera-se ainda o **aumento da frequência de usuários**, decorrente da criação de um ambiente mais atrativo e confortável para leitura, pesquisa e participação em atividades culturais. A biblioteca passará a oferecer **espaços adequados para todas as faixas etárias**, com mobiliário infantil, mesas para estudo coletivo e individual, e mobiliário acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, a modernização do mobiliário permitirá o **fortalecimento das ações culturais promovidas pelo Departamento de Cultura**, ampliando a realização de oficinas, rodas de leitura, encontros com autores e eventos educativos. Outro resultado importante é a **valorização do espaço público e do serviço de biblioteca**, fortalecendo a política de acesso à leitura, ao conhecimento e à cultura no município.

A efetivação deste investimento contribuirá diretamente para a **qualificação do atendimento ao cidadão**, com impactos positivos na educação informal, no estímulo à leitura e no desenvolvimento cultural da comunidade, cumprindo assim os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na nova Lei de Licitações e Contratos.

O objeto da contratação é caracterizado como: bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilvana Fátima Schmoeller
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Jailene Dal Bosco

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há contratações correlatas ou interdependentes a esta contratação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente. A Administração também planeja que os impactos decorrentes da contratação serão mitigados quando da utilização mínima de papel, com encaminhamento de diretrizes para execução dos trabalhos de forma totalmente eletrônica, utilizando de forma excepcional a impressão dos mesmos.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação para aquisição de novo mobiliário para a Biblioteca Pública Municipal é **viável, necessária e plenamente justificada**, tanto do ponto de vista técnico quanto do interesse público. A atual condição do mobiliário compromete a conservação do acervo, a funcionalidade dos espaços e a experiência dos usuários, além de dificultar a realização de atividades culturais e educativas.

A substituição completa do mobiliário permitirá a modernização e requalificação do espaço da biblioteca, garantindo melhores condições de atendimento à população, maior conforto, acessibilidade e segurança. A medida contribuirá diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de incentivo à leitura, democratização do conhecimento e valorização da cultura local.

Adicionalmente, a utilização de recursos específicos disponibilizados pela **Política Nacional de Bibliotecas Públicas (PNAB)** reforça a viabilidade orçamentária da contratação, assegurando o uso eficiente e adequado de verba vinculada, sem comprometer o orçamento municipal.



Portanto, diante da necessidade identificada, da adequação da solução proposta, dos resultados esperados e da disponibilidade de recursos, manifesta-se favoravelmente à viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento dos trâmites administrativos necessários para sua efetivação.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Trata-se de fornecimento de bens.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico.

Critério de julgamento: **menor preço por ITEM;**

Modo de disputa: O modo de disputa será aberto.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação justifica-se pela necessidade de garantir que os fornecedores possuam experiência comprovada na fabricação e/ou comercialização de móveis institucionais, especialmente aqueles destinados a bibliotecas públicas, com qualidade compatível com as exigências técnicas do espaço e do serviço prestado à comunidade. A exigência do atestado visa também mitigar riscos relacionados a problemas na entrega, como o fornecimento de mobiliário fora dos padrões estabelecidos, incompatibilidade com as dimensões do espaço, acabamento de baixa qualidade ou descumprimento dos prazos contratuais. Ao se exigir comprovação de experiência prévia em fornecimentos similares, a Administração busca garantir a contratação de empresa que já tenha demonstrado capacidade técnica para atender demandas semelhantes, seja no âmbito público ou privado, reduzindo a probabilidade de falhas que possam comprometer o funcionamento e a imagem institucional da biblioteca pública municipal.



17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Risco	Danos Possíveis	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Fracasso na licitação devido à ausência de fornecedores qualificados	Novo processo licitatório, atrasando a aquisição dos equipamentos e impactando eventos culturais.	Definição clara dos requisitos técnicos e exigência de atestados de capacidade técnica.	Reavaliação do edital e possível reabertura do processo licitatório com ajustes nos requisitos.
Propostas com preços excessivamente altos	Contratação com valores superiores ao previsto, comprometendo o orçamento do município.	Realização de pesquisa de mercado para estimativa realista de preços e ampliação da concorrência.	Revisão da previsão orçamentária ou tentativa de negociação com fornecedores para redução de preços.
Desistência da empresa vencedora antes da assinatura do contrato	Necessidade de convocação da segunda colocada, podendo gerar atrasos e impactos no cronograma.	Verificação rigorosa da documentação de habilitação e exigência de garantia contratual.	Convocação do segundo colocado ou realização de nova licitação, minimizando impactos no cronograma.
Entrega de mobiliários com especificações divergentes das exigidas	Incompatibilidade técnica dos mobiliários adquiridos, comprometendo a funcionalidade e a qualidade dos eventos.	Inclusão de exigências detalhadas no edital e realização de amostragens antes da entrega final.	Rejeição dos mobiliários não conformes e aplicação de penalidades previstas no contrato.
Atraso na entrega dos mobiliários	Impacto nas programações culturais, prejudicando a continuidade das atividades do Centro Cultural.	Estabelecimento de cronograma detalhado e penalidades por atraso no contrato.	Adoção de medidas emergenciais, como a locação temporária de equipamentos essenciais.
Falhas na instalação dos mobiliários	Impossibilidade de utilização dos mobiliários adquiridos, afetando os eventos e atividades planejadas.	Definição clara das responsabilidades da empresa fornecedora e exigência de suporte técnico qualificado.	Solicitação de suporte técnico emergencial e avaliação de substituição do fornecedor, se necessário.
Defeitos técnicos ou mau funcionamento dos mobiliários	Despesas adicionais com manutenção e possível necessidade de substituição de mobiliários.	Exigência de garantia mínima e certificação de qualidade dos produtos.	Adoção de plano emergencial de manutenção e possível acionamento de garantias.
Impactos ambientais negativos decorrentes do consumo energético elevado	Maior consumo de energia e impacto ambiental negativo, elevando custos operacionais do Centro Cultural.	Preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética e menor impacto ambiental.	Compensação do consumo energético por meio de outras medidas de eficiência e gestão de uso.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

A licitação não terá orçamento sigiloso.

Dois Vizinhos, 04 de abril de 2025.

Gilvana Fátima Schmoeller
Diretora do Departamento de Cultura
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18326-1